

A Ásia antes da Europa: uma antropologia do passado

A história e a antropologia têm-se visitado com alguma frequência ao longo das suas histórias recíprocas. A leitura de *Asia before Europe*¹ leva-me a sugerir que estamos perante um dos mais bem sucedidos desses encontros.

Essa conjugação, que não foi, todavia, intencional — trata-se, para K. N. Chaudhuri, de estabelecer o método teoricamente mais rentável no domínio da história comparada —, ocorre em dois planos: no do método escolhido e no dos conteúdos aos quais ele deverá dar inteligibilidade.

Começemos pelo método.

1. O OLHAR TRANSVERSAL

A proposta desta obra parece enunciar um excesso: o seu autor pretende estabelecer, como Braudel tinha feito para o Mediterrâneo, a unidade cultural do Índico numa dimensão temporalmente tão ampla quanto os séculos que medeiam entre a emergência do islão, em 622, e 1750 — pouco antes da revolução de Plassey, conducente ao estabelecimento da administração britânica na Índia —, e espacialmente tão vasta quanto a extensão compreendida entre o Médio Oriente (mais especificamente o golfo do Suez e as ilhas de Chate-Alárabe) e a Índia, o Sudeste asiático e a China.

Esta escala pressupõe antes de mais a reavaliação do conceito de *Ásia*², um termo de origem ocidental, sem equivalente em nenhuma língua asiática, e que exprime a ideia de exclusão: designa tudo o que não é europeu. Ora,

* Departamento de Antropologia Social do ISCTE.

¹ K. N. Chaudhuri (1990), *Asia before Europe. Economy and Civilisation of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750*, Cambridge, Cambridge University Press.

² Mais do que um problema terminológico coloca-se, para o autor, um problema metodológico: «The use of the term Asia forces the historian consciously or unconsciously to explain the history of Asia not in the light of its own rationale but by a reasoning which describes it as 'Europe and the people without history'. The words 'Asia' and 'Asian' are used in our study always in the sense that they include singly or in a combination terms such as Arab, Indian, Malay, Thai, Chinese or Japanese and do not refer to something that needs the prior concept of Europe and people with history to make sense.» (*Ibid.*, p. 28.)

se é possível falar de unidade estrutural europeia, resultante de uma correspondência entre população e continente, relativamente à Ásia deve antes falar-se de descontinuidade cultural.

Aqui se situa o desafio teórico deste trabalho: estabelecer, não obstante a descontinuidade existente entre o islão, a Índia sânscrita, o Sudeste asiático e a China de Confúcio, a unidade cultural do Índico antes da presença colonial europeia, procurando, na pegada teórica de Jakobson, *as invariantes no interior da variação*.

Um programa como este revela-se inexequível em termos de história descritiva, unilinear. Torna-se antes necessário determinar *princípios* capazes de pôr em evidência *temas pertinentes* que atravessam aquele espaço e aquele tempo. O resultado encontrado por Chaudhuri para produzir, nas suas palavras, uma «história estruturalista» foi a combinação de métodos de diferentes proveniências teóricas, os quais, sublinhemo-lo, formam, um *sistema*. Ora, é esse sistema particular — mais do que os elementos que o integram — que constitui a singularidade teórica deste autor.

Ao propor-me segui-lo no seu percurso epistemológico, traio uma sugestão — desconcertante — que precede a apresentação dos factos: a possibilidade de o leitor evitar os capítulos em que o método é detalhado. Tal eclipse reduziria fortemente as probabilidades de o acompanharmos na sua difícil travessia — realizada com recurso a princípios retirados da linguística estrutural de Jakobson, da teoria dos conjuntos, de Lévi-Strauss — e correremos o risco de perder a trama lógica de um dos mais fascinantes estudos históricos produzidos sobre a Ásia.

O contributo primeiro, referência e homenagem de Chaudhuri, é, evidentemente, Braudel. Mas, enquanto o último procurava os elementos conducentes ao estabelecimento de uma determinada *unidade*, Chaudhuri tenta detectar essa unidade através das continuidades e descontinuidades, das rupturas e permanências que a atravessam. Além disso, não negando a primazia atribuída por Braudel à tripla dimensão física de espaço, tempo e estruturas na descrição histórica, a sua abordagem visa pôr em evidência as transformações mentais que intervêm sobre aquela dimensão.

Da lógica matemática, particularmente de Cantor, Chaudhuri retém a *teoria dos conjuntos*, «to trace out problems of historical unities and disunities» (Chaudhuri, 1990, p. 7). O *teorema incompleto* de Godel constitui uma permanente advertência de que mesmo na aritmética elementar há sempre uma fórmula residual que não pode ser provada; por outras palavras, e por extensão, a identidade das estruturas históricas está dependente das definições, da concepção de tempo e da localização do observador no espaço ³.

³ A proximidade de Chaudhuri com o Wittgenstein do *Tractatus*, por um lado, e com a proposta desenvolvida por Russel em 1915 sobre a teoria do tempo, por outro, foi, segundo o autor, accidental, resultado de pensamentos distintos a operarem sobre a mesma realidade. Ou, se quisermos antes, pensando em termos de Lévi-Strauss, recorrências de um pensamento que deveríamos aceitar como universal...

O estruturalismo, cumprido o itinerário teórico que conduz de Saussure a Jakobson no plano da linguística (sem esquecer a gramática generativa de Chomsky), e sua aplicação ao domínio da antropologia e de outras ciências sociais, encontra afinidades com a lógica matemática, ligados que estão pela possibilidade de integrarem «certain common stands of analytical thought for the purpose of writing comparative structural history» (*ibid.*, p. 8). A lógica de Boolean e o método estrutural de Lévi-Strauss põem, com efeito, em evidência «how an abstract reasoning could become a powerful instrument of applied research» (*ibid.*).

De Lévi-Strauss, Chaudhuri recolhe privilegiadamente a noção de *sistema de transformações*⁴, que lhe permitirá atravessar uma extensão espacial e temporalmente tão vasta como a que foi enunciada, à semelhança do exercício realizado por aquele etnólogo para a mitologia ameríndia. Lévi-Strauss não constitui, contudo, um contributo exclusivo no plano do estruturalismo. Do trabalho de Foucault, Chaudhuri retira sobretudo a preocupação teórica com a presença ou ausência da unidade da história e a ideia de que sob as aparências da continuidade temporal ocorrem descontinuidades e rupturas — sugestão que, convenhamos, não faz a singularidade daquele historiador. A tese de Foucault de que as categorias mentais são provisórias, isto é, sofrem constrangimentos do tempo, e de que classificações concebidas como universais e indiscutíveis estão sempre dependentes do contexto histórico conduz, aliás, a Godel, fechando, assim, o círculo de referências do autor em análise.

É por *estruturas* que Chaudhuri pensa a realidade que se propõe analisar. Ou, como insistia Saussure, por *relações* entre elementos no interior de um sistema. O seu pensamento é, aliás, conceptualmente tão *relacional* como *relativizador*. Como sugere a certa altura, as ruas desertas de Cambaia no calor do meio-dia poderiam ser tanto trechos da Índia mogol como de Sintra ou de Évora; a pequena igreja branca em cúpula frente ao Convento de Nossa Senhora do Cabo Espichel pertencerá mesmo àquele cabo ou será antes um de tantos templos dedicados aos santos islâmicos espalhados pelo Médio Oriente e pela Índia?

Evidentemente, a proposta de K. N. Chaudhuri, mais do que o risco de ecletismo, corre o de um inevitável elitismo, ao exigir aos seus interlocutores uma cuidada iniciação nas teorias com que compõe a sua abordagem. Que ele se propõe partilhar com o sentimento cosmogónico dos princípios, dos inícios, afirmando que «the task of reconstructing the historical past of the Indian ocean civilisations, the full interplay between

⁴ Esta noção prevê a possibilidade de se passar de uma estrutura a outra através de elementos invariantes, «estruturais» — formulação que encontra afinidades com a teoria dos conjuntos desenvolvida por Cantor quando defende que as características estruturais de um dado conjunto podem ser transferidas para outro, processo designado por *mapping*.

society, science, technology, and daily life still remains ahead of us. This work is just the begining of the journey.» (*Ibid.*, p. 18.)

Para tanto, rompe com a tradição científica de pensar um dado tempo e um dado contexto como dotados de singularidade e de especificidade, percepção que se perde quando se abandona o plano desse tempo e desse contexto para o do comparativismo — atitude tão válida para a história como para a antropologia e outras ciências sociais. Aqui reside, não duvido, a originalidade e o repto de K. N. Chaudhuri: o abandono dos objectos privilegiados e singulares, analisáveis através de métodos próprios e exclusivos. A sua possibilidade teórica está no que o autor generosamente oferece: a construção de um olhar metodologicamente transversal.

2. A RECONSTRUÇÃO DAS CULTURAS

O método explicitado — e sem a compreensão do qual, insisto, o texto em epígrafe se arrisca a converter-se num longo exercício formal — permite comparar o que, à primeira vista, parece incomparável: as culturas do Índico. Os resultados produzidos tornam lícito que historiadores e antropólogos disputem um mesmo território. Efectivamente, esta escrita da história é, simultaneamente, uma curiosa *escrita etnográfica*.

Uma outra vertente permite aos antropólogos reclamar um texto que, em princípio, se destina aos historiadores. É que, definido o método, trata-se para o autor de determinar as *categorias* que permitam tanto proceder a uma descrição histórica da vida social e económica do Índico quanto identificar os *princípios* estruturais *organizadores* de diferentes sociedades em diferentes partes daquele oceano, estabelecendo simultaneamente aqueles que permanecem invariantes.

São três as componentes encontradas para o trabalho comparativista de Chaudhuri: alimentação (práticas e produção), vestuário e estilos de habitação. Estas práticas trazem à superfície uma estrutura mais profunda que, embora invisível, partilha uma sintaxe universal. É o autor quem o diz: «The theoretical framework adopted in our study enables us to view the articulation of the economy, society, and the state in the Indian ocean as a totality. The idealised economic concepts such as market forces, subsistence production, capitalism and so on are treated as artificial constructs which are not directly visible as part of the social reality. Economic activities functioned within a larger structure and at each level of articulation a set of logical necessities governed the physical operation of a particular system.» (*Ibid.*, p. 37.)

Recorrendo à teoria dos conjuntos, é possível passar de uma estrutura a outra, sendo que a correspondência entre elas pode processar-se elemento a

elemento (falar-se-á então de *isomorfismo*) ou não (para se falar, desta vez, de *morfismo*).

Explicitemos, tomando por base a estrutura alimentar. Todas as sociedades em análise operam uma distinção entre «alimento» e «não-alimento», independentemente da composição particular dos elementos deste binómio. O arroz demolido em água, consumido em algumas partes da Índia, na Ásia do Sudeste e na China como pequeno-almoço, não é considerado alimento nas outras refeições do dia; o *porridge* resultante de diferentes cereais cozidos era o padrão alimentar dos trabalhadores agrícolas do Egipto à China. A mistura de ingredientes podia variar, mas a categoria alimentar em questão identificava uma parcela social particular ao longo do Índico.

Os hábitos e práticas alimentares são, por seu lado, indicadores de determinados hábitos e práticas sociais e culturais: a alimentação dos ascetas, a alimentação festiva ou a alimentação ritual distinguem-se da alimentação quotidiana, ao mesmo tempo que distinguem papéis e estatutos sociais.

Estamos apenas no centro da cadeia. O sistema de produção económica orientado para a agricultura visava maximizar a provisão de cereais. A tecnologia adoptada exigia o poder de tracção animal ao longo do contexto analisado: o camelo no Médio Oriente, o boi e o búfalo na Índia, Sudeste asiático e China. Os animais de tiro eram, por seu turno, alimentados frequentemente por comunidades nómadas que criavam animais domésticos em terras impróprias para o cultivo. Este facto remete para a existência de interacção social entre populações sedentárias e migratórias, que teve como resultado os produtos solicitados pelos nómadas (chá, café, açúcar, cereais e determinadas peças de vestuário) permitirem aos outros grupos tributá-los e aumentar a sua capacidade militar, ao mesmo tempo que o monopólio de animais de transporte detido pelos nómadas lhes conferiu preponderância no desenvolvimento urbanístico e na protecção das caravanas comerciais que ligavam as cidades. O colapso desta conexão — pesada de consequências sociais, políticas e económicas —, desencadeado pela expansão marítima europeia, assinala, finalmente, uma viragem definitiva na história do Índico.

Chegados aqui, é necessário que regressemos a Jakobson e ao seu conceito de *invariantes dentro da variação*. Aplicando-o à história, Chaudhuri desenvolve a noção de *memória perpétua*, que concebe como um código replicativo, no sentido atribuído pela genética à cadeia de ADN. Tanto quanto um princípio metodológico, a formulação de Jakobson torna-se, para o autor, um princípio de permanência, de *comportamento imitativo*, que permite traçar a fiada diacrónica que vai do passado ao presente e deste ao futuro.

Será esta, sem dúvida, uma das articulações mais polémicas da análise realizada por Chaudhuri. Uma análise que transporta o pesado estigma estruturalista, mas cujos resultados constituem, no entanto, um convite ao abandono de alguns arraigados preconceitos e *a priori* teóricos.

Permanecer nesse impasse seria, insisto, prescindir de conhecer dez séculos de civilização asiática através da reconstituição de algumas das suas culturas mais expressivas.